



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok

Ata 02/17

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOAS

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Análise e votação do Relatório de Gestão do 3º Quadrimestre da SMS de Canoas, Solicitação do CLS da UBS União, Informações da Mesa e Assuntos Gerais. O presidente Mário faz a abertura da assembleia cumprimentando os presentes e perguntando se algum conselheiro municipal ou local não recebeu a convocação, ensejando que se isto ocorreu é porque existe algum problema de contato. Pede que o secretário leia a ata da reunião anterior. Este lê a ata do dia 23.01.2017 que foi aprovada por unanimidade. O presidente pergunta se algum conselheiro municipal ou local não recebeu a convocação, ensejando que se isto ocorreu é porque existe algum problema de contato. O Presidente faz o pedido de um bebedor a representante da secretaria. O Presidente solicita que conselheiros se apresentem para representar o CMS no Comitê de Combate a Dengue, dizendo que conforme o Regimento deste permite que conselheiros locais se candidatem a exercer. Os conselheiros Ivo Nunes, Nedy Henriques e Maria Helena Souza se apresentam. Como seriam dois representantes, procede-se a escolha e ficam escolhidos os conselheiros Ivo e Nedy. O presidente parabeniza a conselheira Nedy pelo recebimento do Troféu Picucha Milanez. As informações da Mesa começam com a informação de a primeira reunião do Comitê da Dengue se dará no dia 21/03/2017, as 10 dez horas. Lida carta de repúdio assinada por vários segmentos contrários a retirada de indicadores da tuberculose nas pactuações do SUS. O conselheiro Ivo Nunes faz parte do Comitê de Combate a Tuberculose e traz novidades. A Comissão de Fiscalização composta pelos conselheiros Carlos Olegário, Eduardo, Janete e Margarete e os consiliários Júlio e Nedy, além do Presidente, farão visita à diretoria do GAMP. A CLS Leticia do Igara questiona os objetivos desta visita. O Presidente responde que é para dar início ao conhecimento, se fazendo representar no processo. A prestadora conhecer o CMS. O Sr. Aloisio Bamberg diz ser necessário que se faça uma ampla fiscalização e que teve em reunião esta semana e a situação está complicada. O Grupo Associação São Carlos obteve 50 milhões de retorno devido à filantropia e que deve ser responsabilizada pela depreciação do patrimônio público e caos na saúde. O presidente informa sobre a primeira Conferência Estadual da Mulher e precisamos formar uma comissão de mulheres, a fim de realizar a municipal até maio de 2017. Diz que estão marcadas, para esta semana, reuniões com a secretaria, Graças e Fundação, pois a secretaria vem enfrentando dificuldades e estão se organizando. Fala dos três mutirões de saúde bucal e seus resultados. A diretora Loara comenta que no mutirão de saúde da mulheres, 50% das consultas não foram realizadas, devido à ausência das consultas agendadas. Continua a pauta e a análise e votação do Relatório de Gestão do 3º Quadrimestre da SMS de Canoas (setembro a dezembro) é o foco. O diretor Eloir da Diretoria Técnica Administrativa lembra que o art. 7º da Portaria Ministerial 2135/13 determina que o relatório detalhado do quadrimestre anterior seja analisado pelo Conselho Municipal de Saúde e passa a apresentar os indicadores de saúde para o município referente ao 3º quadrimestre 2016. Diz que a MS/ CIT 02/16, dispõe sobre os indicadores para o processo nacional de pactuação Interfederativa relativo ao ano de 2016. Informa que no quadrimestre não houve nenhuma auditoria ordinária e as extraordinárias são feitas por denúncias ou por opção dos auditores. Começa com a

Leiza Rosa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

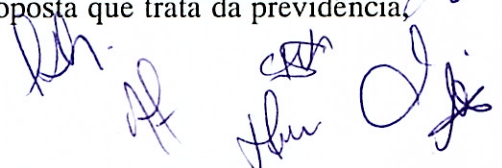
[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]



descrição dos estabelecimentos de saúde do município com 28 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 1 Centro de Referência para Saúde da Mulher, 1 Centro de Especialidades Médicas, 1 Centro de Especialidades Odontológicas, 1 Centro de Testagem e Aconselhamento, 1 Centro de Atenção Especializada, 1 Centro Regional de Saúde do Trabalhador, 6 Centros de Atenção Psicossocial, 2 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas, 3 Unidades de Pronto Atendimento com horário diferenciado, 65 Equipes de Estratégia de Saúde da Família, 1 Serviço de Tisiologia, 1 Ambulatório de Nutrição, 1 Ambulatório de Feridas e Estomias, Farmácias Básicas nas UBS's, 1 Farmácia Especializada (Estadual) e 1 Farmácia do Serviço de Atendimento Especializado. Locais de oferta e produção de serviços de gestão compartilhada com 3 hospitais. Nas contratuais: 8 Laboratórios de Análises Clínicas, 3 Clínicas de Fisioterapias, 1 Clínica de Reabilitação e 1 Clínica de Hemodiálises. A seguir passou a expor as produções ambulatoriais e de internações. Nas ações ambulatoriais no quadrimestre de 1.702.417 é 10,63% menor que a de 2º Quadrimestre. Das internações no total de 9.254 é menor 19,53%. Em relação aos indicadores seis dos vinte e três pactuados foram objeto de monitoramento no 3º Quadrimestre. A razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária (1 exame a cada 3 anos) de 0,020, com 5.495 exames quando o objetivo era 0,13, ou seja 11.767 exames. Para atingir a meta, o ideal é dobrar a realização mensal de exames e realizar estudos dos motivos, que estão sendo realizados por estudantes, mapeamento por região, se no número existem repetições e o percentual de mulheres que realizam o exame em convênios ou particulares. Da razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (1 a cada 2 anos), com 0,030% (1.975 exames), quando 0,14 era procurado. A meta é ampliar, mas se faz necessário avaliar oferta de exames pelos que foram feitos, baseado na capacidade da rede oferecer. Sabe-se que a oferta está aquém da demanda e prevê novidades para 2018. A proporção de óbitos maternos investigados, realizada a meta de 100%, pois houve 1 óbito. Na proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados o índice foi 79,41%, lembrando que ocorreram 34 óbitos, sendo que 27 já foram investigados e 7 se encontram em investigação. Como o indicador diz respeito à investigação e para essa ação há um prazo de até 120 dias para finalizar a investigação, as mesmas se encontram dentro do prazo e o Indicador deverá chegar a 100%. Proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, com um CERESTE que atende 22 municípios do Vale dos Sinos. O número de óbitos por dengue foi 0. Meta atingida. O Sr. Eloir divulga o local de acesso e acompanhamento do Relatório de Indicadores: <http://aplicacao.saude.gov.br>. Aberta a perguntas, a conselheira Margarete questiona o porquê de o indicador colocar 50 anos como parâmetros, enquanto a lei prevê 40 anos para a mamografia. O enfermeiro Eloir diz ser um corte do indicador, por isso a discussão para representar de maneira mais sólida a realidade. A conselheira Luciane, pergunta sobre a situação do CEREST. O Sr. Eloir diz que estão se readequando e que virão em breve ao CMS. Sem mais perguntas, o Presidente Mário diz estar aguardando contato para iniciar os trabalhos da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST e dá a nominata de composição desta. O Presidente pede para a segunda secretária da Mesa, Agnez, para fazer a leitura do parecer das Comissões de Orçamento e Finanças e Técnica. Está o faz e após o Diretor Cleber Brito, faz a apresentação e começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos compreendidos, nas esferas municipais no montante de R\$ 42.178.415,09 (30,95%), estaduais R\$ 37.345.936,05 (27,40%) e federais de R\$ 56.755.602,22 (41,65%), num total de receita de R\$ 136.279.953,36 (100,00%). Em um comparativo entre os recursos recebidos no mesmo quadrimestre de 2015 e 2016 houve aumento na remessa federal no percentual de 13,55% e diminuição de 33,54% nos repasses estaduais, por falta de transferências nos últimos meses, isto causou um consequente aumento de

Rh
AF
J. Brito

3,32% nos repasses municipais. As despesas no montante de R\$ 145.344.623,63 (6,6515% a maior) ficou dividido em R\$ 42.114.449, 51 (28,98%) do município R\$ 46.398.325,35 (31,92%) ao estado e R\$ 56.831.848,77 (39,10%) para a união. Por fim, declara que o percentual de comprometimento sobre o orçamento atualizado foi de 94,93% e o percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde no ano de 2016 foi de 18,19% do orçamento geral do município de Canoas. Com a finalização da exposição que foi apresentada a plenária. O presidente menciona que a PEC 41 exige que os gastos em saúde do município sejam de 15% e o Gestor ultrapassou a meta constitucional. O Conselheiro Eduardo explica que as comissões responsáveis analisaram o relatório e solicitaram diversas notas, objeto de dúvidas e que após reunião de saneamento de dúvidas, ocorrida nos dias 06 e 07/03/2017, consideraram apto o relatório a ser apresentado, mas salienta sua preocupação pelo crescente aumento de recursos da secretaria dispendidos em ações judiciais, apresentando relação aleatória de valores de bloqueios judiciais, onde quinze retenções orçaram em R\$ 455.152,65, sendo uma no valor de R\$ R\$ 109.668,64, sendo alguns apenas parciais. O conselheiro Eduardo reitera o desejo de ouvir a PGM e solicita que sejam realizadas mudanças, se possível, nos históricos das notas, pois apresentam dificuldades de conferência dos valores, tendo em vista a entrada parcial e temporânea dos empenhos. O Presidente Mário diz que os questionamentos não impedem aprovação do relatório e menciona que algumas ações tem a ver com fraldas, que os usuários exigem marca diferente da que o município oferece. O Sr. Cleber Brito diz que o médico declara e o juiz não questiona. A sugestão é que o profissional diga que o paciente só pode usar determinada marca. A conselheira Cristiane fala que o Judiciário está colocando peritos. Quanto a medicamentos o Sr. Cleber diz que os genéricos tem 80% de eficácia, por não terem todos os princípios. Discordância dos presentes. O conselheiro Guilherme questiona os 21 milhões de diferença entre o liquidado e o pago. O Presidente pede a ele que reflita em um e mail. A CLS Ana Paz, pergunta sobre os valores da Vigilância Sanitária e a Sra. Daniela do DPAS responde que se referem a multas emitidas. O Presidente declara que já foi pedida a presença da PGM, mas por problemas alheios, não houve possibilidades e a conselheira Janete reitera o pedido de sua presença. O Presidente fará a convocação da PGM. Termina a apresentação e o presidente coloca a matéria em votação, em que é aprovada por 15 votos favoráveis e uma abstenção. A próxima pauta refere à solicitação do CLS da UBS União que apresenta relatório com pedido de melhorias. A vice-coordenadora do CLS da unidade, Ilva, pede a sua secretária Reginara que apresente seus anseios. O documento contém ata, relação de medicamentos faltantes na farmácia do quadrante e ofício requerendo consertos e procedimentos e dando sugestões. Fala do lixo contaminado, o que gerou comentários. A conselheira Loara diz que a equipe da secretaria está trabalhando para solucionar os problemas estruturais. Falou das melhorias e estão trabalhando muito, sendo as instalações físicas, apenas um dos problemas. O Presidente cita que a secretária esteve em plenária e nós lhe demos o prazo até maio e nós precisamos dar o tempo. Em assuntos gerais o Sr. Eloir sugere, por experiência própria, em relação à judicialização da saúde, crie-se um grupo que proporcione aos juízes uma qualificação de informações, acerca de medicamentos e que experiências produziram uma negociação prévia. A CLS Ione pergunta o que é judicialização e o Sr. Eloir explica. O diretor Cleber diz que estão travando enfrentamentos. O conselheiro Júlio pede atenção à falta de gestão do Grupo GAMP. Traz relato. Pede que a Comissão não ouça apenas a direção, mas também os funcionários. Mário diz que a Comissão sempre funcionou e que vamos lá abrir portas. A diretora Loara diz que os repasses estão em dia. A falta de pagamento não se deve a secretaria e sim a problemas de gestão. A conselheira Cristiane pergunta se com a saída do conselheiro Mauro, quem seria o vice-presidente e o Presidente responde que estão providenciando. Por último, a Sra. Edna Alegro, do Conselho Nacional de Assistência Social fala sobre a proposta que trata da previdência,



que embutiu alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC), diminuindo consideravelmente recursos e conquistas. Levou manifesto contrário de vários conselhos e cópia da ata de reunião. O BPC nasceu em Canoas, por isso, conclamou o CMS a se posicionar e convidou para uma reunião a ser realizada no Instituto Pestalozzi, no dia catorze corrente e informou o e mail para contato: secretaria@pestalozzi-canoas.gov.br Às 21horas, o presidente encerra a reunião em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente.

 ~~EST~~  flupano

